

O FUTURO DAS ESCOLAS DE MAGISTRATURA E A ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS*

RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO FILHO

Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça

1. De início, quero agradecer o honroso convite formulado pelo Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura para realizar esta exposição em torno do tema “O futuro das Escolas de Magistratura e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados”. Faço-o como coordenador do Grupo de Estudos que concorreu para a edição da Resolução n. 03, de 30.11.2006, do Superior Tribunal de Justiça – STJ, instituidora da referida Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM.

Assim, não sendo especialista na matéria, longe de mim está a pretensão de lançar linhas básicas para o desenvolvimento da ENFAM e do seu conseqüente relacionamento com as escolas estaduais e federais da Magistratura. A minha idéia é expor, de modo geral, as diretrizes que nortearam a elaboração da mencionada resolução, refletir em voz alta, trocar idéias, provocar o debate; em suma, contribuir para a necessária interação entre todas as entidades envolvidas nessa missão.

O tema que me foi proposto possui claro cunho prospectivo e deixa evidente a preocupação dos Srs. diretores de escolas estaduais da Magistratura quanto aos eventuais efeitos que a criação da ENFAM poderá acarretar às entidades que dirigem. O que me traz aqui, portanto, é sobretudo analisar a situação em que se iniciam as atividades da ENFAM em frente da existência de 27 escolas estaduais e cinco escolas federais da Magistratura, afora as inúmeras outras que exercem suas atividades no País.

* Palavras proferidas no “VIII Encontro do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura”, Brasília, 9-3-2007.



2. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, institucionalizada pela Emenda Constitucional n. 45/2004, há tempos era antevista no nosso meio jurídico como um modo de operar-se a unidade, a coordenação e a coesão das escolas judiciárias existentes em todo o território nacional. A concepção dominante era, e é, nos dias atuais, a de que, na linha do federalismo vigente (cláusula intangível – art. 60, § 4º, inciso I, da Lei Maior), seja ela tida como um órgão de “planejamento permanente, pensando o presente e preparando o futuro, por meio de programas preestabelecidos e metodologia realista, com vistas a orientar e municiar as demais escolas de maneira atuante, como centro de convergência e de propagação de experiências bem-sucedidas” (Relatório da Comissão de Ministros do STJ – 1999/2000).

A ENFAM funcionará, pois, como centro regulador, de orientação e fiscalização das demais escolas judiciárias. Em princípio, preserva-se a autonomia didática, administrativa e financeira de cada uma das instituições a ela subordinadas.

3. Consoante se verifica no próprio texto constitucional que a criou (art. 105, parágrafo único, inciso I), a ENFAM nasce com as atribuições ainda não de todo definidas. Cabe-lhe – diz a Lei Fundamental –, “dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira”. Infere-se daí que as suas funções apenas ficarão inteiramente delineadas com a promulgação do Estatuto da Magistratura, lei complementar cuja iniciativa compete ao Supremo Tribunal Federal.

Imprescindível será, ainda, a edição, em breve, de lei ordinária que lhe confira a estrutura organizacional completa, incluindo a criação de cargos necessários à sua cabal atuação.

4. A Constituição Federal faz alusão, mais de uma vez, a cursos oficiais e a cursos reconhecidos (arts. 93, inciso II, alínea “c”; 93, inciso IV; e 105, parágrafo único, inciso I). Para o Prof. Sérgio Bermudes,

cursos oficiais serão os cursos mantidos pelo próprio Judiciário, como os ministrados pelas escolas da magistratura, ou por outro órgão do poder público. Cursos reconhecidos são os que forem declarados e habilitados pelos órgãos da administração do Judiciário como qualificados para transmitir conhecimentos destinados ao aperfeiçoamento da magistratura (A Reforma do Judiciário pela Emenda Constitucional n. 45. Ed. 2005, pág. 28.

As escolas judiciárias, sejam vinculadas ou não a tribunais, deverão cadastrar-se junto à ENFAM, dela recebendo autorização para funcionamento e as regras básicas necessárias à condução e execução dos cursos por elas promovidos.

Segundo o apurado, a grande maioria dessas escolas (em torno de 75%) foram criadas e têm sido mantidas pelos respectivos tribunais. Mas se sabe que há escolas mantidas pelas Associações de Magistrados ou administradas como fundações. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados será o ponto de convergência de todas elas.

5. O ponto crucial das controvérsias existentes em torno da criação da ENFAM diz respeito aos cursos de preparação de candidatos ao ingresso na carreira.

Ao menos em princípio, os cursos de preparação são aqueles prévios ao concurso público; os cursos de formação são os desenvolvidos após a aprovação nesse concurso; os cursos de aperfeiçoamento são aqueles destinados à reciclagem e à expansão de conhecimentos durante a carreira, visando sobretudo às futuras promoções.

A respeito da permanência ou não dos cursos preparatórios ao ingresso na Magistratura, não há consenso. Na sessão plenária do Superior Tribunal de Justiça em que se aprovou a Resolução n. 03/2006, houve questionamento acerca dessa problemática, ao que respondi, na condição de Presidente da Corte, que a matéria somente seria passível de

ser decidida de maneira definitiva pelo Conselho Superior da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, na ocasião oportuna. Inexiste, portanto, nesse passo um modelo perfeito e acabado.

Por enquanto, o que se pode dizer é o seguinte: ao institucionalizar a ENFAM (art. 105, parágrafo único, inciso I, da CF), a Carta Magna dispôs que cabe a essa escola, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.

Apreciada essa norma em conjunto com a regra do art. 93, I (ingresso na carreira mediante concurso público de provas e títulos) e, ainda, com o art. 93, IV (previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção), tem-se que o legislador constituinte derivado está a admitir a existência do curso oficial preparatório, ou seja, aquele que se efetiva antes do concurso público de ingresso na Magistratura.

Tenho notícia de que a maioria das escolas estaduais da Magistratura dirige as suas atividades aos cursos de preparação. A minoria dedica-se aos de formação propriamente ditos. As escolas federais cingem-se a esses cursos de formação.

Expressivas são, a propósito, as palavras do ex-Magistrado, hoje Deputado Federal, Flávio Dino, para quem “atualmente, existem dezenas de Escolas, que atuam muitas vezes como cursos preparatórios para concursos públicos. A Escola Nacional deverá se debruçar sobre essa realidade, analisando se tais funções atípicas serão mantidas” (Reforma do Judiciário, Comentários à Emenda n. 45/2004. Obra em conjunto com Hugo Melo Filho, Leonardo Barbosa e Nicolao Dino. Ed. 2005, pág. 118).

Assim será, efetivamente. À ENFAM incumbirá deliberar sobre esse assunto, com a brevidade que se faz necessária.

De todo modo, vale assinalar que, por razões éticas e morais, o professor que lecionar em cursos preparatórios de ingresso na Magistratura e mesmo as escolas que promoverem e realizarem tais cursos não poderão envolver-se ou participar dos concursos públicos. É algo que me parece óbvio, dada a exigência de transparência e igualdade na efetivação desses concursos, conforme, por sinal, observou o ilustre Conselheiro Alexandre de Moraes em voto proferido no Conselho Nacional de Justiça, dia 10.10.2006, **in verbis**:

Ressalte-se, ainda, que o acesso aos cursos oficiais oferecidos pelas Escolas da Justiça Estadual ou Federal é realizado mediante acesso público de provas e títulos, garantindo a necessária transparência e igualdade (excerto do voto prolatado na representação oferecida pelo Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros e pelo Presidente da Escola Nacional da Magistratura).

Segundo registra a coletânea elaborada pelo Prof. Darcy Closs “ENFAM – Subsídios à implantação da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados” – vol. 1, pág. 59, para o ingresso no curso de preparação, a Escola criada pela Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul exige a aprovação prévia em teste de seleção. O mesmo ocorre na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro: “A admissão é feita através de prova de seleção” (ob. citada, pág. 56).

6. Há muitas outras questões a serem enfrentadas, talvez mais relevantes que aquelas que acabei de abordar.

Mas o que sobreleva, por ora, é a interação entre a ENFAM e as escolas estaduais e federais existentes, em atividade, no País. Essa intercomunicação é realmente imprescindível e – estou certo – será facilitada pela voz dos representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros e da Associação dos Juízes Federais do Brasil, que terão assento junto ao Conselho Superior.

Lembro, a propósito, que o vocábulo “configuração” deriva etimologicamente do verbo latino **figurare**, que significa “dar forma”. O prefixo “com”, que compõe a palavra “configuração”, indica que devemos dar forma, dar figura à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados em conjunto, todos reunidos em torno de um escopo comum, que é o de fortalecer cada vez mais o Poder Judiciário nacional mediante a capacitação sólida e contínua dos nossos novos Magistrados.

7. Ao final, cabe relevar um aspecto importante na formação do Juiz: a vocação. O Magistrado, na verdade, além de moral e intelectualmente preparado, deve ser vocacionado à carreira da Magistratura. E uma das finalidades das escolas judiciárias deve ser a de, ao menos, despertar nele essa vocação.

Falando em vocação de Juiz, não poderia deixar de evocar o nome do eminente Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, reconhecidamente um modelo de Magistrado que dedicou a vida à Magistratura brasileira e a esse segmento importante do Poder Judiciário, que é o concernente à formação dos seus Juízes. Sálvio de Figueiredo Teixeira foi – pode-se dizer – o precursor das escolas da Magistratura, de que são exemplos vivos a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Minas Gerais), a Escola Nacional de Magistratura (AMB) e a Escola Judiciária Eleitoral, de cuja criação ele participou ativamente. Sendo ele, se não o principal, um dos agentes catalisadores da novel Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, é merecedor não só da nossa admiração, mas também da justa homenagem que sempre lhe prestamos.

Obrigado a todos.